

# **Informação comunitária no contexto das bibliotecas públicas para a promoção de uma democracia participativa**

**Mirian Ferreira Alves** (MinC) - mirian.alves@cultura.gov.br

**Thiago Guimarães Moraes** (UnB) - moraest@gmail.com

## **Resumo:**

*Destaca a importância da informação comunitária no contexto das bibliotecas públicas para a promoção de uma democracia participativa. O artigo faz uma revisão de literatura sobre informação comunitária e democracia participativa buscando identificar os elementos presentes no processo de comunicação da informação comunitária nas bibliotecas públicas, bem como sua relação com a promoção da democracia participativa. Por fim propõe que sejam considerados três aspectos no planejamento de um Serviço de Informação Comunitária em Bibliotecas Públicas: o uso da biblioteca como espaço de comunicação, encontro e discussão dos problemas da comunidade; a biblioteca como meio para a inclusão social e digital; e a atuação do bibliotecário como mediador e educador.*

**Palavras-chave:** *Bibliotecas Públicas. Comunicação da Informação. Informação Comunitária. Democracia Participativa.*

**Área temática:** *Bibliotecas Públicas*

## **Informação comunitária no contexto das bibliotecas públicas para a promoção de uma democracia participativa**

### **Resumo**

Destaca a importância da informação comunitária no contexto das bibliotecas públicas para a promoção de uma democracia participativa. O artigo faz uma revisão de literatura sobre informação comunitária e democracia participativa buscando identificar os elementos presentes no processo de comunicação da informação comunitária nas bibliotecas públicas, bem como sua relação com a promoção da democracia participativa. Por fim propõe que sejam considerados três aspectos no planejamento de um Serviço de Informação Comunitária em Bibliotecas Públicas: o uso da biblioteca como espaço de comunicação, encontro e discussão dos problemas da comunidade; a biblioteca como meio para a inclusão social e digital; e a atuação do bibliotecário como mediador e educador.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas. Comunicação da Informação. Informação Comunitária. Democracia Participativa.

**Área Temática IV:** Bibliotecas Públicas.

### **1 INTRODUÇÃO**

A biblioteca pública, instituição essencialmente democrática, possui um grande potencial, ainda pouco utilizado em nosso país, para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Em um país como o Brasil, que ainda enfrenta severas desigualdades a Biblioteca Pública destaca-se por seu papel social de formar, informar e transformar a realidade local, fomentando assim a construção de uma sociedade mais participativa.

Neste contexto cabe ressaltar a importância da informação comunitária, aquela usada para solucionar problemas cotidianos ou necessária para o exercício de um direito ou dever. Cabe à biblioteca pública criar condições para que a comunidade possa ter acesso a esse tipo de informação que contribui para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Neste sentido, aborda-se inicialmente neste trabalho a comunicação da informação comunitária nas Bibliotecas Públicas, por meio de uma discussão teórica, apresentando conceitos e abordagens relacionadas a esta questão. Mais adiante apresenta-se uma breve apresentação literária acerca da democracia participativa.

Buscou-se ainda analisar o papel da biblioteca pública como espaço de comunicação e mediação da informação para a promoção de uma democracia participativa. O objetivo final deste trabalho foi identificar mecanismos que possam ser usados pelas bibliotecas públicas a fim de promover a democracia participativa em seu espaço de atuação.

## **2 INFORMAÇÃO COMUNITÁRIA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Conforme o Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas (1994), a biblioteca pública é “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.”

O referido manifesto alerta para a necessidade de que as bibliotecas públicas respondam com eficiência as necessidades de informação da comunidade a que serve. Ressalta ainda que a biblioteca pública na atual sociedade da informação e do conhecimento deve ser um “centro de informação e de conhecimento para a sua comunidade”, implementando serviços de “informação local e comunitária”, tornando-se, deste modo, um fator de “integração e coesão social”.

Koontz e Gubbin (2012) consideram que ao desempenhar sua função, a biblioteca pública atua como uma instituição em prol do desenvolvimento pessoal e social, podendo ser um agente de mudança da comunidade. Deste modo pode contribuir para a criação e manutenção de uma sociedade bem informada e democrática, que colabora com o empoderamento das pessoas, a fim de que estas transformem suas vidas e a comunidade onde vivem.

Neste sentido cabe ressaltar o papel e a importância do Serviço de Informação Comunitária nas Bibliotecas Públicas no cumprimento do papel informativo e social desta instituição.

De acordo com Suaiden (1995), o Serviço de Informação à Comunidade no âmbito das bibliotecas surgiu nos Estados Unidos na década de 70, baseado em um modelo inglês (elaborado pelo British Citizens Advice Bureaux) – um sistema de informação e assessoramento cívico praticado por voluntários de diferentes formações profissionais.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define informação comunitária como “informação geralmente processada por uma biblioteca pública, pode incluir dados e informações sobre lazer, esportes, religião, procura ou oferta de empregos, cidadania ou outros temas de interesse comunitário; informação utilitária.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 202).

Segundo Pettigrew, Durrance e Vakkari (1999), Informação Comunitária pode ser definida de forma ampla como qualquer informação que ajuda os cidadãos com os problemas do seu dia-a-dia e permite-lhes participar plenamente como membros de sua comunidade de forma democrática. Inclui informações relativas à disponibilidade de serviços como saúde, assistência financeira, habitação, transporte, educação e serviços de acolhimento, clubes, eventos comunitários, e informações sobre todos os níveis de governo.

Omella i Claparols (2003) afirma que em seu início o propósito geral do Serviço de Informação Comunitária era contribuir com a integração da biblioteca com a comunidade e tinha como objetivo específico ajudar os cidadãos a resolver questões da vida diária, facilitar a participação da comunidade, favorecer a democracia participativa e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Atualmente, segundo a mesma autora, o papel deste serviço se tornou mais amplo, abrangendo também a compilação e difusão de informação local e/ou comunitária, o fomento à vida política e associativa, o favorecimento de políticas que promovam a coesão social e a integração da comunidade, tornar disponíveis as novas tecnologias de informação e comunicação à parte da população que não tem acesso, oferecer aos cidadãos plataformas educativas.

Suaiden (1995) ressalta a importância dos estudos sobre a comunidade, do trabalho com as lideranças comunitárias e do diagnóstico aplicado às necessidades de informação como instrumentos fundamentais com os quais a biblioteca pública pode contar para se vincular e até melhorar os níveis de educação e cultura da comunidade.

O autor afirma ainda que o desconhecimento da existência de certos tipos de informação e, portanto, de certos direitos, impede o cidadão de reclamar o benefício de serviços ou recursos concebidos pela sociedade para atender a problemas e necessidades de um indivíduo ou de uma comunidade. Deste modo, pode-se afirmar que parte da população não participa das questões públicas por

desconhecimento de seus direitos e deveres na sociedade, uma vez que para participar é necessário estar informado.

Logo, conclui Suaiden (1995), o Serviço de Informação à Comunidade nas Bibliotecas Públicas é de fundamental importância, à medida que contribui para que se eliminem as barreiras que separam certos grupos da informação, o que pode conduzir à ignorância, por parte do indivíduo, de seus direitos e deveres na sociedade.

Quanto à relação da Biblioteca Pública com a comunidade, Suaiden (2000, p. 60), afirma que:

À medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea.

Lozano Días (2006) salienta que, a fim de atender às novas necessidades de informação, a biblioteca pública deve implementar Serviços de Informação à Comunidade para oferecer as informações que o cidadão necessita em sua vida cotidiana, em sua relação com o Estado e as necessárias ao exercício de seus direitos e deveres. Ressalta que estes serviços devem considerar as necessidades e expectativas da comunidade, previamente identificadas, além de comunicar a informação de forma eficiente com os segmentos para os quais o serviço foi criado.

A biblioteca pública deve servir como instrumento de desenvolvimento de sua comunidade, fomentando a participação cidadã. Para isso, deve posicionar-se estrategicamente, buscando a cooperação com a sociedade civil e com agentes culturais, sociais e econômicos da comunidade, estabelecendo vínculos e redes sólidas de colaboração. (LOZANO DÍAS, 2006)

Machado e Vergueiro (2010) alertam para a necessidade de que os gestores das bibliotecas públicas, geralmente externos à comunidade, deixem de apenas impor ou idealizar serviços e passem à condição de membros da comunidade, de modo a dialogar e desempenhar o papel de mediador no sentido de satisfazer as necessidades de informação daquela comunidade. Propõe uma gestão participativa nas Bibliotecas Públicas, de modo que a comunidade participe

ativamente, expondo suas demandas informacionais e contribuindo no planejamento dos serviços de informação à comunidade.

Omella i Claparols (2003) apresenta o que considera serem três modelos de Serviço de Informação Comunitária oferecidos por bibliotecas públicas:

a) **Fomento do uso da informação local.** Seria o primeiro nível de implicação da Biblioteca Pública no oferecimento de Serviço de Informação à Comunidade. Abrange o fornecimento de informações administrativas locais, a promoção do uso de bases de dados que forneçam informações locais e o fornecimento de acesso a bases de dados de outras entidades ou serviços de informação daquela localidade (outras bibliotecas).

b) **Coordenação e assessoramento do processo de produção/distribuição da informação.** O segundo nível abrange as seguintes modalidades:

- Participação no planejamento de serviços de informação setoriais: turísticos, informação juvenil, econômica, etc. em conjunto com os serviços específicos existentes na comunidade. Envolve uma melhoria na oferta de informações à comunidade e promove uma identificação da biblioteca como serviço de informação local.

- Colaboração com instituições para a elaboração de informação setorial. Cita o exemplo da Biblioteca Pública de Windsor que oferece à comunidade um portal de serviços médicos, que inclui a relação de instituições de saúde.

- Participação em projetos de criação de redes documentais municipais.

- Participação em redes educativas municipais. A biblioteca pública atua no desenvolvimento de recursos de informação para a aprendizagem das tecnologias e seu efeito na busca de informações, para a aprendizagem independente. Cita o exemplo do “Servei de Biblioteques de la Diputació de Barcelona” que possui um programa de colaboração entre biblioteca pública e biblioteca escolar.

- Participação nos projetos de governo eletrônico. A biblioteca poderia ser um ponto de acesso às informações do governo eletrônico.

c) **Produção de Informação.** Nível máximo de implicação da biblioteca pública em relação ao Serviço de Informação Comunitária. Abrange:

- Elaboração de portais temáticos (saúde, jovens e família, negócio e comércio, informação ao consumidor, transporte, educação e formação, etc.).

- Elaboração de portais para grupos de idade ou interesse específicos (infantil, juvenil, terceira idade, imigrantes, etc.).

- Criação de bases de dados textuais: bases de notícias locais e regionais, bases de dados legislativas, etc.
- Gestão de recursos eletrônicos de pessoas/entidades locais. Oferecer informações via web sobre personalidades locais (informações biográficas), história local, etc.
- Produção de portais temáticos de informação regional e elaboração de guias com informações específicas sobre o município ou a região.

Em relação a este terceiro nível mencionado pela autora pode-se citar o exemplo da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, que possui em seu sítio na internet uma sessão de Informação Comunitária (<http://www.bdb.org.br/frmConsultaCategoria.aspx>), onde reúne informações relacionadas a Brasília, saúde, internet, transporte, concursos públicos, creches, telefones úteis, terceira idade, direitos e deveres do cidadão, documentos, turismo, educação, etc.

Em pesquisa recente sobre a biblioteca pública como fator de inclusão social e digital, Silva (2012) realizou um estudo sobre a Biblioteca Pública de Manguinhos<sup>1</sup>. Um dos aspectos abordados neste estudo foi o uso da Biblioteca como centro de informação para a comunidade. Ao serem questionados sobre o uso da biblioteca para obter informações relacionadas às suas necessidades pessoais ou de sua família sobre saúde, emprego, etc. 50 % dos usuários pesquisados afirmaram que usam a biblioteca para estes fins. No quadro 1 segue o demonstrativo das informações que estes usuários afirmaram buscar na Biblioteca.

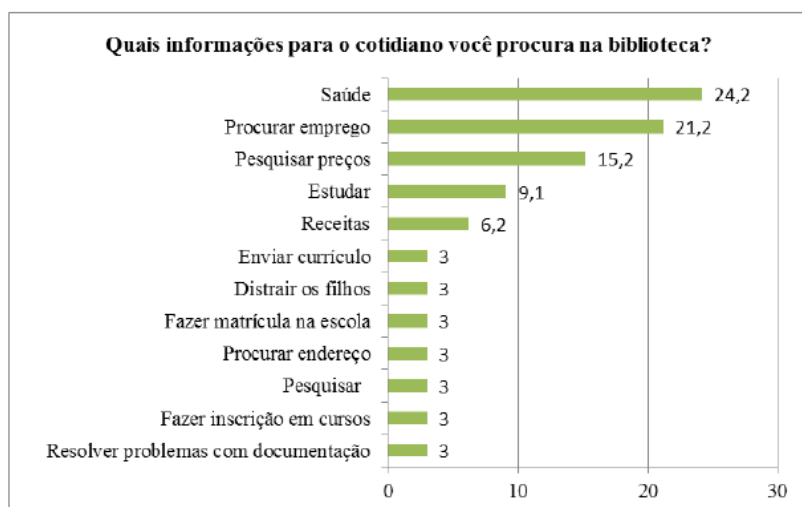
A maioria das respostas obtidas relacionam-se com a função da biblioteca pública como centro de informação para a comunidade (SILVA, 2012).

No entanto, estes mesmos usuários ao serem questionados sobre o que fazem para obter essas informações na biblioteca, a maioria aponta como resposta o Google, conforme ilustrado no quadro 2. Estes dados apontam para a pequena participação da biblioteca no fornecimento de informações sobre as questões práticas que envolvem o exercício da cidadania, ao passo que mostram a importância do fornecimento de acesso à internet nas Bibliotecas Públicas.

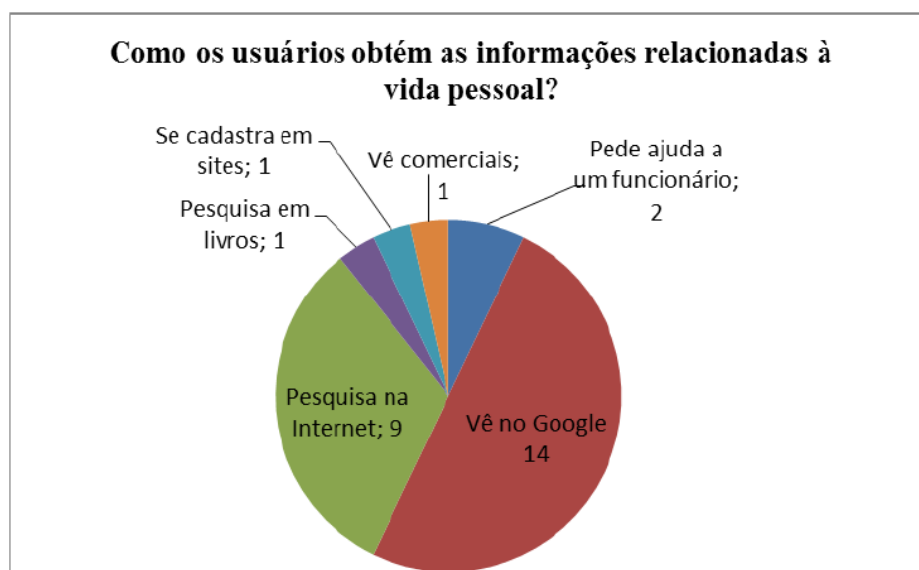
---

<sup>1</sup> Biblioteca Pública localizada na comunidade de Manguinhos no Rio de Janeiro. Seu modelo é inspirado na experiência bem-sucedida das Bibliotecas Parque de Medellín – Colômbia.

Quadro 1 – (SILVA, 2012)



Quadro 2 – (SILVA,2012)



Kranich (2001), ao destacar o papel das bibliotecas como criadoras de capital social, relata que nos Estados Unidos as Bibliotecas Públicas oferecem uma gama de serviços para a comunidade que ajudam a criar valores e permitem a coordenação e cooperação que fortalecem a sociedade civil. Entre estes serviços estão o desenvolvimento de programas de capacitação profissional, promoção de reunião de grupos para debater as questões locais e ensinar competências cívicas, educação para eleitores, além de projetos com museus locais, escolas, etc.

Analisando as perspectivas dos pesquisadores citados acima verifica-se a predominância de algumas ideias, quais sejam: o papel social da biblioteca pública



e sua importância no desenvolvimento das comunidades a que pertencem e a relevância do serviço de informação comunitária visando a prestação de informações relacionadas ao exercício de direitos e deveres dos cidadãos. Deste modo, pode-se considerar que a biblioteca pública terá muito mais impacto em sua comunidade à medida que prestar serviços de informação relacionados às necessidades do exercer cidadão, contribuindo desta forma para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos, para uma maior participação nos processos democráticos e para a coesão social da comunidade.

### **3 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

A teoria política contemporânea aborda diferentes correntes que discutem a democracia, entre elas a democracia participativa (MIGUEL, 2005). Esta corrente destaca a necessidade de ampliação dos espaços de decisão coletiva na vida cotidiana. Defende que a participação democrática deve fazer parte do dia-a-dia do cidadão, e não ser apenas presente no período eleitoral. Assim, a democracia deve ser percebida e valorizada como um processo educativo.

A teoria da participação democrática tem como seus autores mais representativos Carole Pateman (Participação e teoria democrática, 1970) e C. B. Macpherson (A democracia liberal: origens e evolução, 1977), que conforme Miguel (2005) discutem o motivo histórico que levou a democracia a se estruturar em uma competição entre as elites e propõem mecanismos de alterações dessa realidade.

Pateman apud Miguel (2005) enfatiza a introdução de instrumentos de gestão democráticos na esfera da vida cotidiana, como bairros, escolas, locais de trabalho e famílias. Esses mecanismos difundiriam o acesso à informação política inserida na sociedade e contribuiria para o seu entendimento.

Pateman (1992) discute sobre a participação democrática a partir de três autores. Primeiro, retrata a visão de Rousseau, quem considera o teórico por excelência da participação. Afirma que a compreensão da natureza do sistema político que ele descreve em “O Contrato Social” é vital para a teoria da democracia participativa. Toda a teoria política de Rousseau se apóia na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões.

Para Rousseau apud Pateman (1992), a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também

provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

Pateman têm a consciência que certas condições econômicas são necessárias para um sistema participativo: as diferenças existentes não podem conduzir à desigualdade política. Isso vai de encontro aos pensamentos de Habermas apud Miguel (2005), que defende uma democracia deliberativa, com direito de voz a todos, mas se esquece dos problemas da dimensão social que prejudicam a isonomia na capacidade de participação: o simples fato de se ter acesso ao meio político não garante que o cidadão tenha capacidade para expor suas demandas. Para isso, é necessária uma política de inclusão social. Conforme Pateman (1992, p. 41), “a participação, entre outras funções, possui a de integração: a sensação de que cada cidadão isolado pertence à sua comunidade.”

Pateman também apresenta a opinião de J. S. Mill, que fala sobre o governo representativo e a importância de sua atuação. Para Mill apud Pateman (1992), o aspecto meramente empresarial do governo é o menos importante. O fundamental é o governo em seu outro aspecto, qual seja, o de “uma grande influência atuando sobre a mente humana”. Mill vê a possibilidade de desenvolvimento de um tipo de caráter “ativo”, de espírito público, no contexto de instituições populares, participativas.

Mill também critica os mecanismos de participação. Para o autor, de nada servem o sufrágio universal e a participação no governo nacional, se o indivíduo não foi preparado para essa participação a um nível local. Para Mill, é a nível local que se cumpre o verdadeiro efeito educativo da participação. Esta auxilia no acolhimento das decisões, e Mill atribui um especial relevo à função integrativa da participação.

Por fim, Cole apud Pateman (1992) sustenta que os homens devem participar na organização e na regulamentação de suas associações, para transformar sua vontade em ação de um modo que não afete sua liberdade individual. Concorda com a participação local defendida por Mill.

Outro autor mais contemporâneo que trata da discussão da democracia participativa é Leonardo Avritzer. Em seus estudos sobre modelos de deliberação democrática, estuda o orçamento participativo no Brasil, e a partir desse estudo,

critica a concepção hegemônica da democracia, de caráter elitista, que prioriza mecanismos como a burocracia para garantir a realização de demandas sociais.

Para Avritzer (2002), no caso do Brasil, a maior parte das formas de ação coletiva é de natureza democrática e tem sido capaz de produzir novos desenhos institucionais democráticos que incorporam novas práticas culturais na esfera da política democrática. Afirma que crises no processo político brasileiro entre 1964 e 1985 mostram que as elites não são, necessariamente, as melhores garantidoras dos valores democráticos. Além disso, o processo de modernização brasileiro, entre 1950 e 1980, implicou na criação de uma burocracia especializada de acordo com as prescrições weberianas. Porém, não se conseguiu, via esse processo, lidar com as necessidades sociais mais prementes no país.

Avritzer (2002) afirma que o reconhecimento da importância da participação das associações civis no processo de planejamento urbano foi uma das heranças da Constituição de 1988 que levou a mudanças institucionais importantes em nível local. Cita então formas de ação coletiva que emergiram durante o processo de democratização: apesar de uma postura anti-institucional inicial por parte desses movimentos, conseguiram institucionalizar-se na Constituição de 1988 e nas leis orgânicas de diversas cidades, como Porto Alegre e Belo Horizonte.

A ênfase nos mecanismos de participação local aparece no discurso de diferentes autores, como apresentado. Sabendo disso, acredita-se que as bibliotecas públicas podem ter um papel fundamental atuando como um ambiente para operacionalização de propostas de participação democrática.

#### **4 INFORMAÇÃO COMUNITÁRIA PARA UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

Neste sentido e visando uma contribuição mais efetiva da biblioteca pública para a democracia participativa, considera-se que o escopo do Serviço de Informação Comunitária prestado por estas bibliotecas deve ter seu escopo ampliado. A ampliação do escopo leva em conta que este serviço deve ir além do simples fornecimento de informações comunitárias e/ou utilitárias, e coloca a biblioteca pública como um espaço de fomento à participação democrática da comunidade. Deste modo considera-se que um serviço de informação comunitária em bibliotecas públicas deve abranger e priorizar três aspectos, sendo eles:

**a) A biblioteca com um espaço de comunicação, encontro e discussão dos problemas e questões da comunidade.** Ou seja, a biblioteca deve se posicionar como um espaço voltado para a comunidade e que articula seus interesses. Para isso é fundamental que a comunidade se sinta parte da biblioteca e reconheça este como um espaço legítimo para a discussão dos problemas da comunidade, como destaca Tarapanoff e Suaiden (1995, p. 60): “a Biblioteca deve se preocupar em ser o centro cultural e social da comunidade, tornando-a responsável pela organização de eventos, determinando as prioridades de ação social e comunitária da biblioteca.”

Portanto, a biblioteca pública pode ser um espaço comunicativo a serviço da comunidade, que ofereça aos cidadãos a oportunidade de se comunicar e relacionar entre si, servindo deste modo para o desenvolvimento da comunidade e fomentando a participação cidadã. (LOZANO DÍAS, 2006).

**b) A biblioteca como meio para inclusão social e digital.** A Biblioteca Pública não pode desconsiderar que o serviço de informação comunitária na atualidade, deve oferecer recursos para o acesso à internet e às novas tecnologias, ampliando assim, significativamente o alcance da biblioteca pública e a gama de informações que podem ser prestadas à comunidade. Além disso, deve-se considerar ainda que num país como o Brasil onde o acesso à internet ainda é restrito, as Bibliotecas Públicas podem desempenhar um importante papel inclusivo, oferecendo o acesso a essas tecnologias. Ademais outra qualidade que a torna importante neste contexto é o fato de a biblioteca pública ser o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros (presente em 79% dos municípios, conforme o Censo Nacional das Bibliotecas realizado pela FGV em 2009).

Olinto (2010) ressalta, no tocante ao acesso à internet, que ao considerar grupos ou comunidades, destacam-se benefícios das TICs relativos a aspectos como o empoderamento de grupos em desvantagem social, a formação de redes sociais na defesa de interesses de grupos, o desenvolvimento comunitário.

Gomes (2005, p. 218) estabelece uma série de pressupostos a respeito da Internet e da participação política civil, a saber:

1. A Internet permitiria resolver o problema da participação do público na política que afeta as democracias representativas liberais contemporâneas, pois tornaria esta participação mais fácil, mais ágil e mais conveniente (confortável, também).

Isso é particularmente importante em tempos de sociedade civil desorganizada e desmobilizada ou de cidadania sem sociedade;

2. A Internet permitiria uma relação sem intermediários entre a esfera civil e a esfera política, bloqueando as influências da esfera econômica e, sobretudo, das indústrias do entretenimento, da cultura e da informação de massa, que nesse momento controlam o fluxo da informação política;

3. A Internet permitiria que a esfera civil não fosse apenas o consumidor de informação política, ou impediria que o fluxo da comunicação política fosse unidirecional, com um vetor que normalmente vai da esfera política para a esfera civil. Por fim, a Internet representaria a possibilidade de que a esfera civil produzisse informação política para o seu próprio consumo e para o provimento da sua decisão.

As novas tecnologias de informação e comunicação abrem um novo mundo para as bibliotecas públicas na sociedade da informação e pode-se afirmar que são um eixo fundamental da democratização do acesso à informação (CUZCANO, 2002).

**c) O papel do bibliotecário como mediador e educador.** O bibliotecário deve assumir o papel de mediador e educador no contexto da informação comunitária nas bibliotecas públicas.

A atualização do Manifesto da IFLA para as Bibliotecas Públicas de 2009, afirma que a biblioteca pública deve “conectar nossas comunidades e educar e capacitar as pessoas onde isso for necessário. Os bibliotecários podem agir como consultores e educadores pessoais em matéria de conhecimentos e não somente como chaveiros ou porteiros da internet.”

Além disso, conforme Pettigrew, Durrance & Vakkari (1999) muitas pessoas encontram grandes dificuldade em determinar e expressar as suas necessidades de informação.

Neste sentido, no desempenho de seu papel de mediador o bibliotecário pode atuar promoção de cursos/oficinas voltados para o uso das TICS e desenvolvimento de habilidades de pesquisa na internet, contribuindo assim para o desenvolvimento de competências informacionais dos usuários; pode autuar ainda como mediador de debates e discussões sobre as questões comunitárias, visando à identificação das necessidades de informação dessas comunidades, contribuindo

assim para um maior engajamento da comunidade e fomentando o processo participativo a partir da biblioteca.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou discutir a importância da informação comunitária no contexto das bibliotecas públicas para a promoção de uma democracia participativa. A partir da revisão de literatura sobre informação comunitária e democracia participativa almejou-se detectar aspectos que poderiam ser considerados pelas bibliotecas públicas para promover a participação democrática.

Por fim propôs-se que sejam considerados três aspectos no planejamento de um Serviço de Informação Comunitária em Bibliotecas Públicas: (1) o uso da biblioteca como espaço de comunicação, encontro e discussão dos problemas da comunidade; (2) o uso da biblioteca como meio para a inclusão social e digital; e (3) a atuação do bibliotecário como mediador e educador.

Acredita-se que esses aspectos são pontos fundamentais de uma proposta inicial para a transformação do espaço público da biblioteca em um ambiente que garanta a participação popular na democracia.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil**. In: Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CUZCANO, A. E. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. **Informação & Sociedade: Estudos**. v. 12, n. 2, 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS (IFLA). A missão e a finalidade da biblioteca pública. In: KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (Orgs.). **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manifesto sobre bibliotecas públicas**. 1994. In: \_\_\_\_\_.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. VII, ed. 3. São Leopoldo, RS: Unisinos. 2005. pp. 214-222.

KRANICH, N. Libraries create social capital. **Library Journal**, 2001. Disponível em: <<http://www.libraryjournal.com/article/CA180511.html>>. Acesso em: 27.02.13.

LOZANO DÍAS. **La biblioteca del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizand**o personas. Gijón (Asturias): Ediciones TREA, 2006.

MACHADO, E. C.; WERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín** (Colombia) Vol. 33, No. 1 enero-junio de 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 59, 2005. pp. 5-42.

MINISTÉRIO da Cultura. (Brasil). **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**: Estudo quantitativo; principais resultados. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>> Acesso em: 18.06.2012.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2010, p. 77-93

OMELLA I CLAPAROUS, E. Biblioteca Pública y servicio de información a la comunidad: propuestas para una mayor integración . **Anales de Documentación**, n. 6, 2003, p. 203-220.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

PETTIGREW, K. E.; DURRANCE, J.C.; VAKKARI, P. Approaches to studying Public Library Networked Community Information Initiatives: a review of the literature and overview of a current study. **Library & Information Science Research**, V. 21, n. 3, p. 327-360.

SILVA, A. G. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital**: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos. Rio de Janeiro, 2012. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação)

SUAIDEN, E. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Ago 2000, vol.29, n.2, p.52-60.

\_\_\_\_\_. El impacto social de las bibliotecas públicas. **Anales de Documentación**. n. 5, 2002, p. 333-344

\_\_\_\_\_. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TARAPANOF, K.; SUAIDEN, E. Planejamento estratégico de biblioteca públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **R. Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, p. 137-165, jul./dez. 1995.